

PREFÁCIO

A Res Severa Verum Gaudium existe, como periódico acadêmico, em uma posição e com uma missão específica. No primeiro ponto, assume um local necessário dentro do contexto acadêmico do Direito como uma revista com protagonismo estudantil, demonstrando o interesse dos discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de produzirem ciência. Já no segundo, intenta o singelo objetivo de incentivar os graduandos do curso de Direito a não somente reclamar espaço na produção científica nacional, mas também imputar-se e responsabilizar-se pela mesma. Para isso, estabelecemos dois parâmetros que regem a atuação da Revista desde a sua criação: a dispensa de titulação para publicação e os eventos para a divulgação científica.

No entanto, tal posição e tal missão foram estipuladas em 2009, no nascimento da Res Severa, há mais de dez anos, quando vivíamos, como comunidade, em uma era de ouro. A revista surgiu em um período que, mesmo com seus problemas, valorizava a ciência produzida dentro das universidades brasileiras, especialmente as universidades públicas, e esta valorização era concretamente revertida para a realidade da época. O alto nível de especificidade e particularidade da Res Severa era condizente com um ambiente propício à pesquisa, ao saber, à cultura.

Entre 2003 e 2013, as verbas investidas pelo Governo Federal em ciência e tecnologia estiveram em uma constante e ininterrupta ascensão. Situando-se em aproximadamente R\$12 bilhões em 2000 e 2001, os investimentos em Ciência e Tecnologia alcançaram o montante de R\$21 bilhões em 2010 e atingiram o seu ápice em 2013, com R\$ 27 bilhões¹ sendo destinados para o desenvolvimento de pesquisas e pesquisadores nacionais.

A consequência direta dessa aplicação de capital é clara. O número de artigos completos publicados por pesquisadores em âmbito nacional e internacional subiu de 68.750 (2000) para 139.608 (2010), com um movimento similar acontecendo com os artigos publicados por estudantes (7.164 em 2000 para 26.459 em 2010).² O número de bolsas-ano

¹ Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e produzidos por Fernanda De Negri (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicacao_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 02/12/2022.

² BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI. *Produção científica, segundo meio de divulgação no diretório dos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2000-2010*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/producao-cientifica/paginas/tebelas/5-1-b>>

concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) passou de 43.564 em 2000 para 78.128 em 2010, tendo seu pico em 2014, com 102.022 bolsistas.³ No contexto da inovação, o número de empresas que implementaram inovações em seus produtos ou processos produtivos transformou-se de 72 mil (2000) para 116 mil (2011)⁴, sendo que 16,9% dessas empresas receberam subsídios em 2000 e 34,6% receberam em 2011.⁵

Entretanto, após longos anos sendo um pilar da comunidade científica da Faculdade de Direito da UFRGS, a Res Severa se vê ocupando um espaço distinto daquele no qual se estabeleceu. Em um 2022 que existe como um espelho dos últimos cinco anos, é visível que “fazer ciência” significa algo distinto nos dias de hoje. Se a desvalorização da pesquisa científica nos âmbitos dos altos escalões governamentais — e especificamente nessas esferas, já que a população brasileira reconhece a importância desse trabalho⁶ — antecedeu ou decorreu do contínuo corte de investimentos na área, grande diferença não faz. A realidade é a mesma: em 2020, os valores supostamente investidos em C&T foram pouco mais de R\$ 17 bilhões, uma diminuição vertiginosa de 37% comparado aos valores de 2013⁷. E utilizamos “supostamente” aqui, já que uma grande parte desses valores são despesas obrigatórias, diminuindo ainda mais os recursos disponíveis para o desenvolvimento da ciência nacional.

rasil-producao-cientifica-segundo-meio-de-divulgacao-no-diretorio-dos-grupos-de-pesquisa-do-conselho-nacional-de-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico-cnpq-2000-2010>. Acesso em: 02/12/2022.

³ BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI. *CNPq - Total de bolsas-ano(1) concedidas no país e no exterior, 1990-2017*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/bolsa-formacao/paginas/tebelas/4-1-brasil-cnpq-total-de-bolsas-ano-1-concedidas-no-pais-e-no-externo-1990-2017>>. Acesso em: 02/12/2022.

⁴ BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI. *Total de empresas e empresas que implementaram inovações de produto e/ou processo, segundo as atividades selecionadas da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços, 2000/2017*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/inovacao/arquivos/7-2-brasil-total-de-em-presas-e-empresas-que-implementaram-inovacoes-de-produto-e-ou-processo-segundo-as-atividades-selecionadas-da-industria-do-setor-de-eletricidade-e-gas-e-dos-servicos-2000-2017>>. Acesso em: 02/12/2022.

⁵ BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI. *Percentual de empresas que implementaram inovações que receberam apoio do governo para as suas atividades inovativas, segundo as atividades selecionadas da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços, 2000/2017*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/inovacao/arquivos/7-3-brasil-percentual-de-empresas-que-implementaram-inovacoes-que-receberam-apoio-do-governo-para-as-suas-atividades-inovativas-segundo-as-atividades-selecionadas-da-industria-do-setor-de-eletricidade-e-gas-e-dos-servicos-2000-2017>>. Acesso em: 02/12/2022.

⁶ BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). *Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil - 2019*. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/percepcao/clippings/-/asset_publisher/Ps23U4tEZ0rm/content/populacao-brasileira-tem-interesse-mas-pouco-acesso-a-informacao-sobre-ciencia-e-tecnologia-conclui-estudo?inheritRedirect=false>. Acesso em: 10/12/2022.

⁷ Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e produzidos por Fernanda De Negri (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicacao_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 10/12/2022.

Além dos cortes sofridos pelo orçamento da CT&I, atravessamos um período no qual reconhecer a importância da ciência é passível como posição ideológica. As profissões dos cientistas e do acadêmicos tornaram-se caricaturas vulneráveis a ataques dentro de uma conjuntura política hostil.

Assim, assumimos que não está fácil fazer pesquisa no Brasil e, do mesmo modo como a comunidade acadêmica se adaptou para sobreviver a estes momentos, também fez a Revista. Seja como periódico ou elemento de resistência acadêmica, a Res Severa tem orgulho de publicar um novo volume. Dessa forma, somente podemos agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este novo número aconteça.

Inicialmente, agradecemos aos nossos três estimados convidados que cederam seus textos à nossa publicação: O Dr. Salah H. Khaled Jr., que compartilhou o seu artigo intitulado “*O homem do dique e a irracionalidade do pensamento jurídico-penal sedimentado: reencontro subversivo com a história política do direito penal*”; o trabalho da Dra. Lorena Vasconcelos Porto, “*Alguns apontamentos sobre a negociação coletiva e o controle de convencionalidade*”, escrito em co-autoria com Ricardo José Macêdo de Britto Pereira; e o artigo do Ministro Mauricio Godinho Delgado, “*O Estado Democrático de Direito e o objetivo constitucional da busca do pleno emprego*”, de autoria conjunta com Luiz Gustavo de Souza Alves e Meilliane Pinheiro Vilar Lima.

No entanto, não teríamos a presença de convidados assim ilustres sem o trabalho de curadoria da Prof^a. Dr^a. Vanessa Chiari Gonçalves e do Prof. Dr. Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles. Sempre é uma alegria as oportunidades que temos de colaborar com os professores da nossa querida Faculdade de Direito e esperamos que elas se multipliquem ainda mais.

Aos nossos voluntários, que mantiveram a Revista funcionando por mais um número, cujo trabalho e dedicação é exemplar, também agradecemos. Aos nossos avaliadores, membros atuais e antigos do Corpo Editorial, Conselheiros Institucionais, a Res Severa reconhece o tempo e esforço empregado para que a Revista perpetue-se. Aos autores, todos aqueles que submeteram seus artigos e se interessaram em participar de um processo editorial, bem como publicar conosco, o nosso muito obrigada.

Os artigos aceitos pelo processo de avaliação *double blind peer review*, como de costume na Revista, abrangem os mais diversos tópicos, desde de Direito Penal, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Direito Empresarial, Direito de Proteção de Dados e outros. Também nos orgulhamos da florescente comunidade que

escolheu — e escolhe, há alguns anos — a Res Severa para desenvolver as suas discussões acadêmicas, e que é representada pelos vários autores de diferentes momentos da carreira científica, desde graduandos até doutorandos, passando por aqueles que estão fazendo especialização ou atuando como operadores do Direito.

A Equipe Editorial da Revista Res Severa Verum Gaudium espera que a leitura dos artigos do volume 7, número 1, de 2022, seja tão interessante e satisfatória quanto foi a elaboração de mais uma parte da história da Res Severa.

Boa leitura!

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2022.

Gabriela Brant Ferreira

Editora-chefe

Pietro Miguel Pereira Martins

Editor-executivo

Valentina Reck de Azevedo

Editora-executiva

Yasmin Noronha de Albuquerque

Editora-executiva

Gustavo Santos Kafruni

Editor-executivo

